

# COMUNICADO DE IMPrensa



---

## ME DESBARATA PATRIMÓNIO EDUCATIVO

Esta equipa ministerial, com o encerramento, no interior do país, de escolas públicas com menos de 20 alunos, sobretudo no 1.º ciclo, corta, aos alunos, a liberdade de aprender. E, com uma intenção puramente economicista (redução de despesas com a educação), descarta a sua responsabilidade de obrigatoriedade ao direito constitucional de gratuidade ao ensino básico. A agravar, a ministra da Educação anuncia novo encerramento de 900 escolas do 1.º ciclo, que poderá ir até às que contam com 20 alunos matriculados.

A FENEI/SINDEP denuncia esta medida como irracional, já que as escolas, que contam com poucos alunos, poderiam servir de pólos de dinamização para a educação de adultos. Este direito à cidadania, plasmado nos direitos humanos, não pode, abusivamente, ser tomado por um Governo que olha à fria realidade dos números, esquecendo alunos e comunidades que, embora no interior do país, também são cidadãos da república.

Na educação, impera a lei da economia e a falta de humanização. Pois a FENEI/SINDEP observa a não criação de estabelecimentos de ensino, que acolham toda uma população escolar que, pela sua heterogeneidade, necessita de acompanhamento, orientação pedagógica e intervenção educativa totalmente diferenciados, de forma a respeitar a sua idiossincrasia.

Não obstante, a ministra da Educação reincide, agora, no rápido encerramento de escolas secundárias com a perspectiva de as vender, ou pior ainda, de as transformar em possíveis escolas primárias, ou de nelas criar lojas de conveniência para estudantes ou de alugar os espaços à comunidade local. Esta atitude é paradoxal! Pois: quando o marketing governativo faz apregoar que quer qualificar 650 mil jovens até 2010, através de vias profissionalizantes, e que quer abranger 2 milhões de adultos em formação modelar entre 2007 e 2013, pergunta-se se as escolas que foram encerradas, sobretudo em Lisboa e no Porto, não poderiam ser reconvertidas em escolas públicas profissionais, cujo funcionamento seria por turnos, de forma

a melhor se adequar a jovens e adultos? Não serviriam de pólos dinamizadores contra a desertificação, que se assiste nestas cidades, sobretudo à noite?

A FENEI/SINDEP entende que o que subjaz a estas medidas é uma tentativa desbaratada e grosseira do ministério da Educação e do Governo de destruição da escola pública. Está em causa a derradeira oportunidade, que garanta, no futuro, a verdadeira formação qualificante para o desenvolvimento de Portugal.

A FENEI/SINDEP tudo fará para que se efective doze anos de escolaridade obrigatória, assegurados pelo Estado, como uma das principais medidas que conduzam o potencial humano português à competição dentro dos Estados-membros da União Europeia. Tal só será possível se o empenho do Governo passar por garantir mais e melhor ensino público gratuito em Portugal.

Lisboa, 16 de Março de 2007

O presidente da FENEI

E secretário-geral do SINDEP

(Carlos Alberto Chagas